

## Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner \*

CELSON PEREIRA DE SÁ \*\*

1. Introdução: uma suposta afinidade genérica entre Foucault e Skinner; 2. Contra uma psicologia humana autônoma: duas argumentações distintas, um mesmo efeito; 3. Possíveis inclusões: Skinner em Foucault ou Foucault em Skinner; 4. Controle e poder: do controle aos controles e dos poderes ao poder; 5. Conclusão: algumas evidentes afinidades específicas entre Foucault e Skinner.

O artigo explora a possibilidade de que, apesar de seu manifesto distanciamento conceitual, teórico e metodológico, as idéias básicas de Foucault e de Skinner venham a se interpenetrar, e mesmo convergir, pelo menos em alguns aspectos. Evidencia-se, em primeiro lugar, que ambos os autores empenham-se em invalidar epistemologicamente a constituição de uma psicologia humana autônoma; e, em seguida, que seus respectivos posicionamentos quanto a essa questão podem ser interpretados como englobáveis um pelo outro, alternativamente. Uma diferença enfatizada nessa discussão comparativa envolve o conceito skinneriano de *controle* e o conceito foucaultiano de *poder*: o primeiro é desenvolvido segundo uma perspectiva naturalista unitária e genérica; o segundo a partir de uma perspectiva histórica pluralista e fragmentária. Não obstante conclui-se pela existência de diversas afinidades específicas entre as obras de Foucault e de Skinner; a noção de que os saberes ou comportamentos verbais não são autônomos, e sim encontram-se determinados por relações de poder ou operações de controle; a rejeição do método hipotético-dedutivo, em proveito da pesquisa científica indutiva; a subordinação das dimensões institucionais política e econômica da vida humana a formulações mais básicas e relacionais (isto é, não-substantivas) de poder ou controle.

\* Artigo apresentado à Redação em 12.11.81.

\*\* Endereço do autor: Rua Viúva Lacerda, 249 — Bl. 2 — ap. 804 — 22261 — Botafogo — Rio de Janeiro, RJ.

## 1. Introdução: uma suposta afinidade genérica entre Foucault e Skinner

Em um interessante artigo, no qual, entre outras coisas, procura defender a psicologia das atuais e insistentes denúncias quanto a sua “não-cientificidade” ou seu caráter meramente normativo, Seminério (1979) aponta que tais posicionamentos críticos polarizam-se frequentemente em torno da perspectiva epistemológica de M. Foucault; e, mais adiante, faz a seguinte afirmação:

“Apesar do evidente choque entre o corpo das duas doutrinas, existe na base epistemológica uma afinidade patente entre a posição de M. Foucault e a de B. F. Skinner; para ambos o homem é um produto inteiramente histórico — resulta da interseção de sua história individual na história de uma sociedade e de uma cultura. Pouco importa que se considere o homem como um somatório de condicionamento ou de significações se, em ambos os casos, é a ideologia dominante a que produz esse somatório, se em última análise o homem é sempre radicalmente exógeno” (p. 9-10).

Em que pese à relativa inadequação dos termos “somatório” e “ideologia dominante” na passagem transcrita, já que nem Foucault nem Skinner privilegiam no processo de “produção do homem” operações meramente aditivas efetuadas por algum *poder* ou *controle* monolíticos, a suposição genérica nela contida parece bastante oportuna. Vem a estimular a realização, como relevantes, de novos exercícios de articulação crítica entre as obras de dois autores contemporâneos absolutamente não-ignoráveis ou descartáveis pela comunidade psicológica acadêmica brasileira, que já irreversivelmente as “importou” e assimilou.

Pelo fato de Foucault e Skinner terem trilhado caminhos tão diferentes, ou seja, assumido pressupostos “teóricos” nitidamente opostos (como será posteriormente demonstrado), trabalhando em ambientes muito distintos (biblioteca de história e literatura geral em um caso, laboratório de comportamento animal no outro), empregado métodos mutuamente irrelevantes (pesquisa de arquivos contra experimentação), e, finalmente, adotado conceitos básicos aparentemente apenas tangenciais (*poder* e *controle*), a comparação entre ambos enquanto produtores de conhecimento deveria em princípio, ou à primeira vista, levar à conclusão de que simplesmente divergem, se é que chegam a se encontrar em algum ponto em relação ao qual possam divergir. Não obstante, partiu-se no presente artigo da conjectura reconhecidamente insólita e ousada de que, por suas próprias posturas intelectualmente independentes e originais (ou, pelo menos, não-circunscritas aos balizamentos epistemológicos mais tradicionalmente aceitos), as idéias de Skinner e de Foucault poderiam chegar a se interpenetrar grandemente, e talvez com um surpreendente grau de afinidade ou convergência. Isto não significava, obviamente, que se esperasse que tal interpenetração pudesse ocorrer em todos os aspectos de suas respectivas obras ou sem quaisquer importantes e inconciliáveis divergências. De qualquer modo, as seções que se seguem provêem algum material especialmente articulado para o julgamento

da medida e da relevância dessa inicialmente suposta afinidade genérica entre Foucault e Skinner.

## 2. Contra uma psicologia humana autônoma: duas argumentações distintas, um mesmo efeito

Como observa R. Machado, em sua introdução a *Microfísica do poder* (Foucault, 1979), Foucault, na primeira fase de sua obra, empreendeu uma “investigação arqueológica dos saberes”, pela qual teria chegado à conclusão de que as ciências humanas — psicologia, sociologia, antropologia — só puderam emergir a partir do aparecimento anterior, no século XIX mesmo, das ciências empíricas da biologia, economia e filologia, e das filosofias modernas, que tematizaram o homem como objeto e como sujeito do conhecimento, abrindo assim a possibilidade de um estudo do homem como representação. Segundo o próprio Foucault, em *As palavras e as coisas* (1966), e de acordo com sua concepção de um “triângulo dos saberes”, é no plano de projeção da biologia que o homem surge como um ser dotado de *funções* e sendo capaz de encontrar *normas* médias de ajustamento que lhe permitam exercê-las. A esse par conceitual “funções-normas”, Foucault acrescenta os pares “conflito-regra” e “significado-sistema”, constituídos respectivamente nos planos de projeção da economia e da linguagem, os quais “cobrem por completo todo o domínio do conhecimento do homem” (p. 464). Nesse sentido, as chamadas “ciências humanas” representam meras “reduplicações” de tais conhecimentos: a psicologia seria fundamentalmente um estudo do homem em termos de funções e normas; a sociologia, por seu turno, basicamente o estudo segundo as categorias das regras e conflitos; e a antropologia, essencialmente uma análise das significações e dos sistemas significantes (como, por exemplo, no estudo dos mitos).

R. Machado (Foucault, 1979) considera ainda que em determinado momento das pesquisas de Foucault teria ocorrido uma reformulação de objetivos teóricos e políticos, pela qual o exercício de uma “arqueologia do saber” veio a ser complementado por uma “genealogia do poder”, já desenvolvida em livros como *Vigiar e punir* (Foucault, 1977) e *A vontade de saber*, primeiro volume da *História da sexualidade* (Foucault, 1979a). Segundo Machado, a “arqueologia” procurava estabelecer a constituição dos saberes e privilegiava as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições, respondendo assim a *como* os saberes apareciam e se transformavam; ao passo que a “genealogia” posteriormente proposta tem como maior preocupação a questão do *porquê*, introduzindo a noção de *poder* nas análises históricas como um instrumento capaz de explicar a produção de saberes. De qualquer modo, ou talvez principalmente a partir dessa mudança de ênfase, a “psicologia humana” permanece negada como ciência empírica autônoma e transistórica, já que seu objeto de estudo — o *homem*, ou o conceito de *homem* — vem a ser ainda mais incisivamente relativizado, circunstancializado, reduzido a instáveis auto-representações resultantes de intrincadas tramas de relações de poder.

Skinner também, em seu “behaviorismo radical”, nega validade científica à concepção psicologista de “indivíduo autônomo”, denunciando-a como uma mera ficção resultante de pseudo-explicações mentalistas acumuladas ao longo da “história do pensamento ocidental” e insistentemente acalentada ainda nos dias de hoje. Como alternativa cientificamente autêntica e mais abrangente, propõe que o comportamento dos organismos — incluindo o homem — encontra-se sempre sob o *controle* de estímulos ambientais, externos e internos, antecedentes (sob as formas de estímulos eliciadores e discriminativos) e conseqüentes (sob as formas de reforçadores positivos e negativos). Os chamados “comportamentos intencionais”, que constituiriam a essência mesma da fictícia autonomia humana, são reinterpretados por Skinner como funções das histórias de reforçamento dos indivíduos, ou seja, dos modos como as variadas respostas espontaneamente (porque não-eliciadas por qualquer estímulo antecedente identificável), emitidas por eles desde a infância tenham sido acompanhadas da apresentação ou remoção de “reforçadores”. Tais histórias de reforço individual encontram-se inseridas, como bem nota Seminário (1979), na história da sociedade à qual pertença cada indivíduo, ou, em termos skinnerianos mais estritos, da sua comunidade verbal. Razão, vontade, sentimentos, ou quaisquer outras entidades no gênero não possuiriam existência independente de um padrão de adestramento social historicamente condicionado. O controle social, operando através das leis do controle do comportamento, produz assim o “homem único” que cada um de nós é, o “homem típico”, de uma determinada cultura ou subcultura, e, generalizando, “o homem”, por mais amplo que possa ser o conjunto de fenômenos comportamentais englobados sob essa rubrica sintética.

### 3. Possíveis inclusões: Skinner em Foucault ou Foucault em Skinner

Se para Foucault a psicologia se constituiu historicamente como decorrência do surgimento prévio da biologia, Skinner mesmo considera que os fenômenos ditos “psicológicos” sejam uma extensão dos fenômenos biológicos. De fato, na perspectiva behaviorista, as espécies animais, cujos comportamentos e mudanças de comportamento se estuda, são antes de mais nada sistemas biológicos. Segundo Skinner (1975), o “condicionamento (ou condicionabilidade) operante”, processo responsável pela maioria das modificações comportamentais significativas que um *organismo humano* experimenta (inclusive aquelas que o levam a referir-se a si próprio como *homem*), “faz parte da dotação genética da espécie tanto quanto a ingestão e a gestação” (p. 47-8). É interessante ainda notar que Skinner julga que Watson tenha cometido um erro estratégico ao insistir em redefinir a psicologia como o estudo do comportamento; melhor teria sido deixar aquela atividade acadêmica que se chamava “psicologia” enredada em suas próprias dificuldades epistemológicas, e fundar uma outra disciplina — a “ciência do comportamento”. Vê-se assim que os psicólogos que se podem sentir mais frontalmente atingidos pelo argumento de Foucault acerca

dos “condicionantes arqueológicos” de seu campo básico de saber são outros que não os skinnerianos; estes assumem tranqüilamente sua própria filiação biológica ou naturalista. Parece, portanto, ou pelo menos à primeira vista, que o trabalho “científico” de Skinner está tipicamente contido no espaço “epistemológico” delimitado por Foucault.

Na verdade, entretanto, o julgamento foucaultiano de que o saber psicológico em geral (incluindo a “análise experimental do comportamento” de Skinner) constitui uma mera “reduplicação” do conhecimento biológico não é efetivamente aceito pelos behavioristas radicais. Seu argumento é o de que os fenômenos comportamentais assentam-se sobre bases biológicas, mas ao extravasarem o campo institucionalmente definido de estudo destas, configuram concreta e legitimamente um novo domínio de conhecimentos. Tratar-se-ia, a rigor, de um domínio tão amplo que poderia mesmo dar conta daquele julgamento, considerando-o simplesmente como uma peça de “comportamento verbal” emitida pelo indivíduo chamado Michel Foucault e passível de codificação em termos de categorias operantes como “tactos”, “intra-verbais” e “autoclíticos”. De fato, a proposição da “reduplicação” adiantada por Foucault parece ser sustentada, no conjunto de sua obra de investigação histórica de arquivos, por várias linhas de “evidência” verbal, em que escasseiam os tactos (respostas verbais a estímulos basicamente não-verbais), enquanto se estendem as cadeias intraverbais (encadeamentos complexos de respostas verbais a estímulos verbais, orais ou escritos, produzidos por outros falantes) e abundam as estruturas autoclíticas (respostas verbais evocadas ou controladas por outras respostas verbais emitidas pelo próprio falante). Considerando, ademais, que Foucault enquanto “filósofo” tem se ocupado ele próprio de análises fragmentárias e descontínuas de comportamentos verbais (ou “discursos”) particulares, segue-se que seu trabalho poderia ser visto como inteiramente contido no seguinte julgamento prospectivo mais abrangente, emitido com razoável anterioridade por Skinner em *O comportamento verbal* (1978): “Uma das últimas realizações de uma ciência do comportamento verbal poderá ser uma lógica empírica ou uma epistemologia científica descritiva e analítica, cujos termos e práticas serão adaptados ao comportamento humano como um tema” (p. 513).

#### 4. Controle e poder: do controle aos controles e dos poderes ao poder

O insistente emprego do termo *controle* por Skinner provém basicamente do que ele considera uma cientificamente necessária “hipótese de trabalho”, qual seja, a conjectura inicial de que o comportamento (animal ou humano) como variável dependente observável é sempre *controlado* por variáveis independentes atual ou potencialmente identificáveis. Munido dessa convicção, Skinner chegou à descoberta de que as principais de tais variáveis controladoras são as assim chamadas “contingências de reforço” (isto é, as conseqüências de respostas operantes que retroagem sobre o organismo que as tenha emitido, al-

terando a probabilidade de emissão futura dessa classe de respostas por esse organismo); contingências essas que podem ser naturalmente providas pelo ambiente físico ou histórico, culturalmente dispostas por ambientes sociais específicos. A tal concepção genérica de controle social, através da qual se distingue múltiplas técnicas ou tecnologias de controle, empregadas de modo alternativo ou combinado ao nível do controle interpessoal, do controle pelo grupo e do controle por agências institucionalizadas. Caracterizando esses diferentes níveis ou instâncias de controle social, Skinner considera que, no caso do controle interpessoal, uma pessoa comporta-se de uma maneira que altera o comportamento de outra por causa das conseqüências que o comportamento dessa segunda tem para a primeira (ou seja, a reforça); no controle típico do grupo, duas ou mais pessoas, manipulando variáveis que têm um efeito comum sobre o comportamento de um indivíduo, submetem-no a um controle mais poderoso; e, finalmente, para suprir as deficiências dos controles pessoal e grupal, certas agências controladoras melhor organizadas — como o governo, a religião, a psicoterapia, a economia e a educação — manipulam variáveis específicas mais complexas, conseguindo assim operar com maior sucesso.

Embora privilegie a noção de controle, e a desdobre em *controles* (tanto em termos de níveis de manifestação quanto de procedimentos técnicos), Skinner não prescinde em sua análise do conceito de *poder*, como se depreende da seguinte passagem ilustrativa em *Ciência e comportamento humano* (1967):

“Ao discutir as agências controladoras preocupamo-nos especificamente com certas espécies de poder sobre variáveis que afetam o comportamento humano e com as práticas controladoras que podem ser empregadas por causa desse poder. (...) Uma agência controladora, juntamente com os indivíduos que controla, constitui um sistema social, (...) e nossa tarefa é dar conta do comportamento de todos os participantes. Dever-se-á identificar os indivíduos que compõem a agência e explicar por que têm o poder de manipular as variáveis que a agência emprega. E também analisar o efeito geral no controlado, e mostrar como isso leva à retroação reforçadora que explica a continuação da existência da agência” (p. 190).

Foucault, por seu turno, prefere concentrar-se na análise das “relações de poder”, permanecendo o *controle* (ou controles) como decorrência implícita de tais relações. A obra de Nietzsche constitui a fonte filosófica a que se pode legitimamente reportar essa preferência conceitual, embora Foucault na verdade não se preocupe em ser inteiramente fiel ao pensamento nietzschiano, como declara ele mesmo no final de uma entrevista publicada em *Microfísica do poder* (1979):

“Nietzsche é o filósofo do poder, mas que chegou a pensar o poder sem se fechar no interior de uma teoria política. (...) O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Que os comentadores digam se se é ou não fiel, isto não tem o menor interesse” (p. 143).

O que Foucault tem procurado insistentemente demonstrar é a própria atomização do poder, a pluralidade de suas formas; e isto em

contraste com uma prevalecente concepção jurídica, centralizadora do poder, privilegiada pela ciência política em sua focalização praticamente exclusiva sobre o “poder do Estado”. A pergunta de como conseguiria Foucault evidenciar tais coisas, poder-se-ia responder de modo correto — “historicamente”; o que, não obstante, não é inteiramente elucidativo em se tratando de Foucault. A investigação histórica para Foucault, em sua adesão à noção nietzschiana de “genealogia”, consiste não em descrever gêneses lineares, em pesquisar origens, em descobrir “verdades”, em identificar enfim um “sentido histórico” (que, a seu ver, supõe necessariamente uma perspectiva determinista “supra-histórica”) dos acontecimentos; e sim em “um indispensável demorar-se” (*sic*) sobre os acontecimentos em si, marcando suas singularidades, sem apoiar-se em nenhuma constância, sem diluí-los em nenhuma continuidade ideal. A propósito da efetividade da metodologia por ele eleita, Foucault tece os seguintes comentários em um dos artigos de sua *Microfísica do poder* (1979):

“A história ‘efetiva’ faz ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascara-da. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (...) cremos que nosso presente se apóia em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disto. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos” (p. 28-9).

É assim que Foucault descobre e nomeia alguns *poderes*: demonstrando-se sobre as práticas sociais historicamente tipificadas das prisões, quartéis, colégios, conventos, etc., testemunha a emergência de um “poder disciplinar”; perscrutando o funcionamento concreto e ao longo do tempo de instituições tais como a medicina (em sentido amplo), a religião, a família, a educação, etc., identifica o surgimento e operação de um “dispositivo da sexualidade”. Sem se afastar dessa concepção do poder atomizado e onipresente, Foucault pretende alcançar também aquilo que é comumente considerado como “o poder”, através de seu recente projeto de uma história da “governamentalidade”, termo que, entre outras coisas, significaria “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análise e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais aos dispositivos de segurança” (Foucault, 1979b; p. 291-2).

## **5. Conclusão: algumas evidentes afinidades específicas entre Foucault e Skinner**

Nos itens precedentes deste artigo buscou-se articular um certo número de proposições representativas das obras de Foucault e de Skin-

ner, com o fim de promover um julgamento conclusivo quanto à existência da afinidade inicialmente suposta entre ambos. É possível, não obstante, que no corpo do artigo se tenha dado maior destaque às suas flagrantes divergências do que às prováveis afinidades, como se fez, por exemplo, ao especular se o trabalho concreto de cada um dos autores poderia estar “epistemologicamente contido” no do outro. Na verdade, esta foi aqui considerada como a única estratégia intelectualmente honesta, face à ausência de qualquer “área de encontro” suficientemente ampla e óbvia, para a identificação de eventuais congruências entre os pensamentos foucaultiano e skinneriano. Uma importante conclusão negativa resultante dessa estratégia é a de que não foi possível demonstrar a existência de uma inquestionável *afinidade genérica* entre ambos. Como saldo positivo, evidenciam-se a seguir algumas *afinidades específicas* relevantes, cuja emergência se faz justamente a partir de um contexto comparativo essencialmente discrepante.

Foucault interessou-se de início pela questão dos saberes, dos discursos; e isto o levou posteriormente à investigação dos poderes que os produzem, sustentam-nos ou estão neles implicados. Skinner, por seu turno, partiu de pesquisas sobre o processo de controle do comportamento a que os organismos animais e humanos se encontram naturalmente submetidos; e ocupou-se depois em demonstrar como os saberes e discursos (comportamento verbal, em sua terminologia) são igualmente controlados por processos multifacetados porém não qualitativamente distintos daquele inicialmente analisado. Os dois autores parecem, portanto, ter seguido caminhos praticamente opostos: do saber ao poder, no caso de Foucault; do controle ao saber, no caso de Skinner. Não obstante, seus respectivos produtos finais chegam a encontrar um denominador comum no emprego dos conceitos de poder e controle. Saberes e discursos, ou comportamentos verbais, não possuem, para eles, a autonomia que outros estudiosos costumam lhes conferir: são produtos do poder, encontram-se sob controle; e mais, é “o social” que exerce tal poder e controle, assim como vem a ser por eles próprios produzido e controlado.

Ao transferir o foco de suas preocupações da “arqueologia do saber” para uma “genealogia do poder”, Foucault não teria pretendido, como observa R. Machado (Foucault, 1979), elaborar algo como uma teoria geral do poder; permanecera, sim, fiel à sua concepção da prática científica como a realização de análises fragmentárias e transformáveis, nas quais a formulação de conceitos serve para clarificar os dados obtidos pela pesquisa, mas devem ser revistos, reformulados e mesmo substituídos em função de um novo material que venha a ser trabalhado. Tal postura metodológica reflete-se nitidamente na própria noção foucaultiana de poder, como sintetizada por Machado: “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação” (Foucault, 1979 p. xii). Skinner, ao contrário, julga que não é possível fazer ciência a não ser partindo da “hipótese de trabalho” global e unitária de que os fenômenos de um determinado campo possuem uma



ordem inerente, embora nem sempre imediatamente manifesta; sendo, conseqüentemente, a função do cientista descobrir tais regularidades, bem como formular as leis que as regem. Em um certo sentido, entretanto, a perspectiva metodológica de Skinner coincide com a de Foucault: ao invés de testar hipóteses específicas previamente formuladas, Skinner sempre preferiu, em seus experimentos de laboratório, manipular diferentes espécies de “variáveis independentes” de muitas e variadas maneiras e verificar seus efeitos sobre as “variáveis dependentes”; seus trabalhos sobre “esquemas de reforçamento” podem ser apontados como uma boa ilustração da eficácia desse procedimento. Como crítica ao método hipotético-dedutivo, é inclusive bem conhecida a afirmação de Skinner de que se o sujeito de um experimento não se comporta como o experimentador esperava, o sujeito está certo e o pesquisador errado. Isto quer simplesmente dizer que Skinner, como Foucault, confia mais nos dados que pode chegar a obter do que em explicações ou predições hipotéticas prematuras; a capacidade preditiva de seu sistema é alcançada, indutivamente, pelo acúmulo de resultados experimentais recorrentes.

Finalmente, *controle e poder* são concebidos, respectivamente por Skinner e Foucault, como onipresentes nas relações humanas, manifestando-se em diversos níveis e de variadas formas; e, embora ambas essas concepções não estejam necessariamente associadas em princípio às temáticas macropolíticas ou macroeconômicas do controle e poder sociais hegemônicos, mostram-se capazes de dar conta também desses domínios, seja pela análise histórica da “governamentalidade” (Foucault) ou pela análise funcional das “agências controladoras governamentais e econômicas” (Skinner). A diferença dos demais teóricos que se ocupam dessas importantes questões humanas — política e economia — Skinner e Foucault chegam a elas sem coisificá-las e absolutizá-las, sem erigi-las em objeto único e circunscrito de estudo, sem descuidar das muitas outras operações básicas de controle/poder que condicionam a atividade e existência dos homens em todos os lugares e todos os momentos. Algumas das restrições que Foucault faz, em *História da sexualidade* (1979a), à perspectiva unitária e global do poder político poderiam seguramente ser endossadas por Skinner; sua transcrição vale assim como uma evidência final de afinidade entre esses dois inconformistas intelectuais:

“A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. (...) O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E ‘o’ poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados; é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (p. 88-9).

## Summary

The paper explores the possibility that, despite their apparent conceptual, theoretical and methodological distance, Foucault's and Skinner's basic ideas come to interpenetrate, and even converge, at least in some respects. It is evidenced, in first place, that both authors try to epistemologically invalidate the constitution of an autonomous human psychology; and, following, that their respective positions as to this question may be interpreted as containable each one in the other, alternatively. One difference emphasized in this comparative discussion involves the Skinnerian concept of *control* and the Foucaultian concept of *power*: the first one is developed according to an unitary and general naturalistic perspective; the second, from a pluralistic and fragmentary historical perspective. Notwithstanding, it is concluded that there are several specific affinities between Foucault's and Skinner's works; the notion that knowledges or verbal behaviors are not autonomous, but are determined by power relationships or control operations; the rejection of the hypothetical-deductive method, along with a preference for the inductive scientific research; the subordination of the political and economical institutional dimensions of human life to more basic and relational (that is, not substantive) formulations on power or control.

## Referências bibliográficas

- Foucault, M. *As palavras e as coisas*. Lisboa, Portugal, 1966.
- . *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- . *História da sexualidade*. Rio de Janeiro, Graal, 1979a. v. 1, *A vontade de saber*.
- . *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979b.
- Seminário, F. P. Psicologia, ciência, educação. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 31(2), abr./jun. 1979.
- Skinner, B. F. *Ciência e comportamento humano*. Brasília, Universidade de Brasília, 1967.
- . *Sobre el conductismo*. Barcelona, Fontanella, 1975.
- . *O comportamento verbal*. São Paulo, Cultrix, 1978.